

Introdução

«O consenso foi o mais constante objectivo político desde 1820. Sob os mais variados aspectos e com a mais variada retórica, sempre se pretendeu juntar os portugueses num único partido, ou num partido único, ou num bloco de partidos, ou num partido que não fosse um partido, ou que fosse a exacta bissectriz dos outros partidos, ou que estivesse fora deles ou acima deles. A ‘reconciliação’ e a ‘fusão’ com todos é um desejo lógico e permanente da nossa miséria [...]

A ideia de que, a partir de 1851, existiram apenas dois partidos de peso, um supostamente de esquerda (os ‘Históricos’ e, depois, os ‘Progressistas’) e outro supostamente de direita (os ‘Regeneradores’), que se sucediam cordatamente no poder, e entre os quais não havia autênticas diferenças, é três vezes falsa. Em primeiro lugar, a confusão partidária só desapareceu em 1876. Em segundo lugar, houve apreciáveis diferenças entre o radicalismo progressista e o conservadorismo regenerador até, pelo menos, 1886-1891. Em terceiro lugar, a esquerda e a direita nunca partilharam com regularidade o poder em turnos de quatro anos, como quer a lenda.»¹

Itinerário de investigação

A história do Portugal oitocentista está recheada de ideias a rever e de mitos a desfazer, como sugere o excerto acima reproduzido. A intenção original deste trabalho nasceu da leitura daquelas palavras. Habitado a passar ao lado das problemáticas do campo político, redutoramente identificadas com o positivismo *évènementiel*, em virtude do domínio das preferências de tipo *Annaliste* nos meios historiográficos portugueses, ou a aceitar acriticamente os grandes quadros traçados, e continuamente repetidos, sobre o assunto, surpreendeu-me a opinião de Vasco Pulido Valente. Ela continha uma hipótese implícita: a de que o processo político-partidário português não se tinha passado como vulgarmente é descrito ou, pelo menos no que toca ao problema da diferenciação e estruturação do sistema partidário num esquema de rotativismo, a de que a

¹ Vasco Pulido Valente, in *O Independente* de 20-9-91, caderno III, 11.

história teria de ser revista. Acto contínuo, deduzia-se assim um campo de trabalho a explorar – o dos partidos políticos oitocentistas em Portugal.

Elaborei então um itinerário de investigação centrado nos partidos políticos, como se de instituições *formais*, ou seja, instituições claramente demarcáveis no tempo e no espaço, com a sua autonomia própria e os seus testemunhos coevos, se tratasse. Ora isso constituía um puro anacronismo, explicável porventura pelo contacto, através da imprensa e da informação, que *hoje* temos com os nossos actuais partidos. Dei-me conta de que a aproximação aos partidos políticos oitocentistas teria de obedecer a uma lógica e a uma predisposição diferentes das assumidas para o seu estudo na actualidade.

Resultou daí uma inversão no método a seguir. Quisera inicialmente estudar os partidos e, a partir deles, traçar a evolução da história propriamente política. Confrontado com a constatação de que os partidos, tal como os procurava no passado, simplesmente não existiam, nem na *coisa* nem por vezes na *palavra*, tive de rever os pressupostos de que partira e mudar o ângulo de observação. Já não seria o estudo dos partidos a permitir-me reconstituir a história política do período, mas o contrário: seria a reconstituição da história política do período a permitir-me entrever, ainda que, por vezes, de forma entrecortada, o jogo partidário. Para avançar no convite implícito nas palavras de Vasco Pulido Valente tornou-se necessário refazer as prioridades: os partidos políticos *tout court*, que pensara poderem ser o *objecto*, simples e imediato, do meu trabalho, teriam de passar a ser o *resultado* desse mesmo trabalho, percebidos que seriam os seus contornos e a sua lógica de funcionamento a partir do estudo de coisas concretas – os factos da política, os comportamentos dos seus agentes, os valores, as expectativas, os desafios do passado, numa palavra, a forma como os contemporâneos viam esse mesmo passado, e não apenas o que depois se disse que ele tinha sido.

Concretizando, esforcei-me durante algum tempo por procurar, na política oitocentista, os requisitos mínimos que, teoricamente, definem hoje os partidos: doutrinas e programas, militantes, centros de reunião, imprensa específica, acções de campanha e estrutura organizativa. Logo ao ler a bibliografia teórica introduzi-me nas diferenças de quadros conceptuais com que se deve encarar o fenómeno partidário no século XIX e hoje. Mas só ao consultar as fontes da época – com particular destaque para a imprensa e para o panfletarismo político – me dei conta de que me arriscava ao anacronismo, se não mesmo, em certos casos, à impossibilidade de apurar resultados palpáveis. Isto não quer dizer que aqueles requisitos pura e simplesmente não fizessem sentido no século XIX. Há jornais que podem conotar-se com esta ou aquela parcialidade; há notícias de reuniões de comissões centrais das várias parcialidades em confronto; há manifestos eleitorais onde é possível descortinar alguns pontos de doutrina. A questão reside no facto de tais indícios aparecerem de forma ocasional e descontinuada. Para os unir, para preencher os espaços em branco, é preciso recorrer à própria história

política, que fornece o fio condutor ao período e o quadro de inteligibilidade para os sucessivos subquadros da vida partidária. Daqui resultou ter fixado que o estudo dos partidos políticos oitocentistas teria de ser feito em contínua ligação com o estudo da própria história política do período seleccionado.

Quadro cronológico

Da bibliografia portuguesa disponível sobre o século XIX destaca-se uma imagem: a importância da Regeneração como período de consolidação do Portugal contemporâneo, consubstanciado num Estado liberal e numa sociedade e economia de orientação burguesa e capitalista, e o corte que o advento da mesma operou na evolução histórica face ao período anterior, compreendido entre 1820 e 1851 ou, de forma mais curta, entre 1834 e 1851 – a época da institucionalização do liberalismo.

O quadro cronológico da Regeneração há já muito está também estabelecido: quatro décadas áureas de acalmia política² e melhoramentos materiais, de 1851 a 1890, e duas décadas de instabilidade política e de crise, material, institucional e moral, de 1890 a 1910. O mesmo é dizer: quarenta anos de consolidação e estabilização da ordem liberal e vinte anos de contestação dessa mesma ordem. Particularizando ainda mais, o período de 1851 a 1890 é normalmente subdividido, por sua vez, em duas *tranches* – antes da fusão (1851-1865) e depois da fusão (1868-1890).

Confrontado com esta cronologia, optei por inscrever o trabalho na chamada primeira fase da Regeneração, compreendida entre o golpe saldanhista de 1851 e o fracasso do governo da fusão em 1868. Com esta escolha, o que se tratava era de recortar e estudar uma fatia de tempo decisiva na evolução político-partidária portuguesa, a qual, evidentemente, enquanto característica do Estado liberal, se prolonga desde 1820 até à actualidade.

Acontece que a própria cronologia foi objecto de dúvida e de revisão. Apercebi-me de que os primeiros anos da Regeneração se contam entre os mais mal estudados de toda a monarquia constitucional. Suponho que o mito da acalmia regeneradora tenha afugentado potenciais interessados.³ Muito pouco se sabe

² A «acalmia política» da Regeneração é uma imagem de tão frequentes, quanto revisitáveis, leituras. Se por ela se entender uma superação da anarquia endémica dos anos pré-1851, concordo, embora falte explicar o que é que mudou e porquê. Se por ela se entender a supressão do conflito político, estaremos perante mais um dos lugares-comuns que é preciso desmistificar.

³ Como assinala Fernando Marques da Costa, falando não só do período de 1851 a 1868, mas de toda a Regeneração, «as diversas escolas historiográficas acabaram por se interessar pouco sobre esta época, crendo porventura que nessa imagem de estabilização e de progresso não encontrariam matéria que alimentasse as bandeiras políticas que hegemonizavam a maioria da sua produção» [«A sociedade: regeneração na continuidade», in *Portugal Contemporâneo* (dir. de António Reis), vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, 184].

sobre o que realmente se passou nesse período e, portanto, sobre o que é que de facto estava em jogo e em desenvolvimento na política e na vida partidária após 1851. São mais os trabalhos sobre os anos 70 e 80 – as décadas do «rotativismo» (talvez porque se confundem com o apogeu do «fontismo») – e, depois, sobre a crise e falência da monarquia constitucional. Por norma, descreve-se apressadamente o período pré-fusão a partir de uma aplicação retrospectiva dos quadros e conclusões apuradas para os anos 80, isto quando se o não ignora pura e simplesmente. O meu ponto de vista é o de que a primeira fase da Regeneração é uma charneira política no Portugal oitocentista, justamente porque tem uma identidade própria face aos períodos a montante e a jusante, não somente em «grau», mas por vezes mesmo em «substância».

A partir daqui, esforcei-me por problematizar melhor a política e os partidos dos primeiros anos da Regeneração. À medida que lia as fontes da época desenvolvia a convicção de que existia uma lógica de funcionamento do período em estudo,⁴ a qual é o primeiro e fundamental alicerce para se estudar e perceber os acontecimentos da política e os contornos do sistema partidário, que evoluía a partir de conjunturas mais particulares. Em resultado, optei por circunscrever o trabalho à década compreendida entre 1851 e 1861, estudando, assim, um período que intitulei *A Regeneração sob o Signo do Consenso*. O encadeamento da argumentação se encarregará, espero, de mostrar a pertinência desta divisão cronológica, em particular as razões por que considero o ano de 1861 um marco de suficiente importância para servir de termo ao estudo. Tradicionalmente, 1861 pouco mais é referido na historiografia portuguesa do que para recordar a trágica morte de D. Pedro V. Ora não é só a mudança de reinado que destaca esse ano: nele convergem uma série de transformações na vida político-partidária portuguesa que dominarão a década de 60 e que contribuirão para reformular os termos e os intervenientes do projecto global da Regeneração.

Quadro expositivo: estrutura do trabalho

Chegado a este ponto, explicitado o ângulo de abordagem que pretendo seguir e o quadro temporal em que o circunscrevo, torna-se já possível uma apresentação da estrutura deste trabalho, dividido em duas partes distintas.

A parte I, intitulada «Os antecedentes e os pressupostos da Regeneração», desdobra-se em dois capítulos, destinados ambos a introduzirem o problema

⁴ Foi a Prof.^a Fátima Bonifácio que pela primeira vez me chamou a atenção para a importância de reconstituir a lógica de funcionamento do período histórico seleccionado para estudo. Na altura, confesso que tal designio me pareceu pouco palpável. Rapidamente percebi que, sem isso, é o próprio encadeamento dos *factos*, díspares e diversos, que resulta incompreensível.

central do trabalho, que é o da evolução político-partidária nos primeiros anos pós-1851. O primeiro desses capítulos passa em revista as coordenadas da conflitualidade política do «reinado da frase e do tiro», entre 1834 e 1851. Nele dedico especial atenção ao problema do «centrismo ordeiro» – projecto surgido no final dos anos 30, e sucessivas vezes sugerido ao longo dos anos 40, especialmente em contraposição ao doutrinário intransigente de Costa Cabral – por razões que a lógica da Regeneração tornará evidentes. O segundo capítulo pretende precisamente explicar qual é essa lógica. Arquitectado para ser um balanço das rupturas operadas face ao período anterior, é uma parte do trabalho nevrálgica para se enquadrar, do ponto de vista da nova cultura política pós-1851, todo o subsequente desenrolar de acontecimentos e, muito em especial, para se perceber o clima político-ideológico que marcou os primeiros anos da Regeneração. A dimensão de consenso a que aludo no título, traduzida numa vocação centrista que informa a política e os partidos nestes anos, tornar-se-á aqui mais perceptível.

A parte II constitui o corpo central do trabalho, concebido como um estudo de história político-partidária da fase inicial da Regeneração. Insisto neste ponto, cujas razões já atrás expliquei. Este é um trabalho sobre o partidário português na primeira década da Regeneração, naquilo que sobre a sua lógica de funcionamento pode ser apurado pela paralela e indissociável narrativa da história política.

Dividi a exposição e análise da evolução político-partidária dos anos 1851-1861 em nove capítulos, ao longo dos quais procuro descrever e explicitar como, a despeito de todas as vicissitudes ou conflitos, se desenvolveu um consenso muito alargado acerca do projecto da Regeneração entre 1851 e 1861, reconstituindo os momentos mais marcantes da agenda política e os posicionamentos que eles suscitaram às forças políticas em presença – as então ainda chamadas, sintomaticamente, «parcialidades», e não tanto «partidos». No epílogo que encerra a parte II deixo enunciadas algumas pistas do sentido da evolução político-partidária a partir de 1861, bem como os factos e tendências que justificam fazer desse ano, e não de 1865, uma primeira fronteira cronológica na história da Regeneração. Antecipando aquilo que direi, a uma década em que o fenómeno partidário e a política aparecem envolvidos num desígnio nacional de consenso (apesar da inevitável margem de conflitualidade entre as diversas parcialidades) sucedem anos marcados pelo alargamento e fragmentação do campo político, testemunho de que o Portugal dos anos 60 já não era o Portugal amplamente «fusionista» de 1851. Note-se, contudo, que se trata de um epílogo propositadamente esquemático e inconclusivo – o suficiente para deixar uma porta aberta a uma futura investigação sobre os anos que vão, *grosso modo*, de 1861 a 1876, período ao longo do qual o sistema político sofrerá a primeira crise de contestação exterior e uma decorrente remodelação interior.

A conclusão final procede a uma revisão geral dos dados do problema, onde reunirei o que me parecem ser os traços e as implicações essenciais da lógica de consenso político-partidário dos anos 50. Os quadros recolhidos no anexo apresentam, de forma sequencial, os elementos que mais directamente retratam a configuração das parcialidades políticas estudadas: elencos de comissões centrais, subscritores de manifestos eleitorais, bem como as listas de candidatos apresentadas em Lisboa em cada uma das eleições gerais do período de 1851-1861.

Quadro conceptual: a história «do ponto de vista político»

Um trabalho historiográfico é sempre a confissão implícita de uma preferência por um ou outro tipo de fazer história. Como se depreende do que acima deixo dito, mantenho para mim que qualquer aspecto de um sistema político só é historicamente compreensível se se conhecer, com um razoável grau de certeza, aquilo que concretamente se passou no período seleccionado. Muitos argumentarão que escrever história para reconstruir agendas e intrigas políticas do passado é uma actividade pouco científica de colecção de factos, mais própria para curiosos do que para historiadores. Não creio. Acho até que a ideia da história como pura ciência social deve ser revista, na medida em que, muitas vezes, ao não partir das situações concretas do passado, ao recusar uma ligação directa com os factos, ao atropelar os valores, as expectativas, as lógicas de comportamento dos agentes desse mesmo passado – em suma, ao pretender mais analisar por junção de teorias do que explicar narrando –, tal tipo de história acaba por cair num excessivo grau de abstracção e de generalização.

Costuma dizer-se «no story, no History». Não entendo por tal um novo «politique d'abord» meramente «èvènementiel», que reduza toda a história à política. Mas parece-me indisputável que, se a política não é toda a história, a história perde boa parte da sua inteligibilidade sem a política. Foi a partir desta premissa que pretendi escrever este trabalho sob o ponto de vista da história política.⁵

⁵ O que se deve entender por história *política* é algo de diferente da história *do político* (domínio de investigação das ciências sociais). A diferença foi explicada, entre outros autores, no artigo de Rui Ramos, «A causa da história do ponto de vista político», in *Penélope*, n.º 5, Lisboa, Edições Cosmos, 1991, cujo título tomei de empréstimo, onde o mesmo procede à apresentação e defesa da «causa da História sob o ponto de vista político» a partir da recensão da famosa obra da historiadora americana Gertrude Himmelfarb *The New History and The Old. Critical Essays and Reappraisals*, Massachusetts, Harvard University Press, 1987. Pelos seus pressupostos metodológicos, Himmelfarb é hoje um dos referenciais mais incontornáveis para todos os historiadores «narrativistas» da política.

Assim sendo, esforcei-me por combinar uma narrativa histórica de enfoque político com os necessários apontamentos de âmbito mais analítico para estudar o fenómeno partidário, procurando, justamente, que da *descrição* surgisse naturalmente o fio condutor da *interpretação*, dirigindo o leitor para uma proposta de inteligibilidade possível para os factos. Esse fio condutor é a ideia de que a evolução dos partidos ou parcialidades no período da primeira Regeneração foi presidida por um superior desígnio de consenso centrista que a condicionou e sem o qual ela se torna incompreensível. Para exactamente perceber os contornos desse modelo genérico de funcionamento do período optei por, em muitos momentos, quase deixar o passado falar por si. Não confundo, espero, o positivismo da simples recolha e ordenamento cronológico dos factos com aquilo a que prefiro chamar compreensão empírica, ou seja, a ideia de entrar no espírito da época que se retrata, adquirindo, por esta via, uma razoável certeza de que aquilo que sobre ela e as suas personagens dizemos é realmente fiel à forma como as sociedades passadas se viam e compreendiam a si mesmas.

Encarei, portanto, o jogo político-partidário como um objecto relativamente autónomo, explicável mais pela via da narrativa e pelas imagens dos próprios agentes históricos do que pela da conceptualização e modelização abstractas. É quase redundante dizer que o narrativismo que emprego não consiste num amontoar de factos sem hierarquização ounexo causal entre si. Há um quadro interpretativo subjacente, construído, não a partir de determinações actuais abstractas, mas sim a partir daquilo a que chamaria o espírito e as expectativas da época, tal como se encontram reflectidos nos documentos.

A explicitação desse espírito e dessas expectativas constitui tarefa importante no desenrolar do trabalho, permitindo um enquadramento necessário ao próprio estudo da evolução político-partidária. Assim, estará subjacente a ideia de que, durante os anos que cubro, essa evolução foi orientada por uma pressão centrípeta ou centrista do campo político – aquilo que designei como a *Regeneração sob o Signo do Consenso*. Os resultados mais imediatos e mais condicionadores deste pressuposto, no que ao desenrolar do processo político diz respeito, foram, do ponto de vista ideológico, a fundamental e persistente unidade de propósitos no centro do sistema e, do ponto de vista da própria mecânica dos alinhamentos político-partidários, a atracção pela ideia do bloco central, pela reconciliação suprapartidária, por aquilo a que então, humoristicamente, os contemporâneos chamavam a «fusão pasteleira».⁶ Curiosamente, no *Suplemento*

⁶ A palavra «pastel» aplicada à política – da qual depois derivaria um vasto catálogo de expressões («fusão pasteleira», «pastelaria partidária», «política pasteleira», etc.) – foi introduzida em Portugal por José de Sousa Bandeira, jornalista, dramaturgo e agitador liberal de esquerda na primeira metade do século XIX. Os seus versos – «Um pasteleiro queria/Fabricar um pastelão/E porque tinha de nada/Deu-lhe o nome de Fusão» – copiavam uma sátira espanhola dedicada a Martínez de la Rosa, pai do Estatuto Real de 1834, fundador do Partido Moderado e defensor, no

Burlesco do jornal *O Patriota* – porventura o principal periódico de caricatura política dos meados do século XIX – eram frequentes os desenhos que parodiavam esse espírito «fusionista» e «conciliador» inaugurado pela Regeneração.⁷

Nota sobre as fontes e a bibliografia

Dada a natureza deste trabalho, em particular a inexistência de documentação oficial arquivística sobre as parcialidades políticas na fase aqui retratada, o grosso das informações primárias foi recolhido de fontes impressas, com particular realce para os *Diários* da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Pares, para a imprensa – o melhor e mais pormenorizado dos observatórios para estudar o quotidiano da política e dos partidos do tempo, mesmo levando em linha de conta a sua parcialidade –, para os panfletos e opúsculos e, acessoriamente, para as memórias, correspondência e estudos biográficos de personagens-chave. Nos anos 50 eram ainda poucos os opúsculos ou folhetos especificamente partidários – sobretudo por comparação com as décadas posteriores –, mas é precisamente nesse material, bem como nas notícias recolhidas nos jornais acerca de reuniões, manifestos e centros eleitorais, listas de «amigos políticos», apoios de influentes a elegíveis mais ou menos conhecidos e questões políticas mais ou menos importantes, que se encontra o grosso dos dados, apesar de dispersos, sobre as divisões da opinião política.

No que toca à bibliografia, procurei nos autores estrangeiros grandes sínteses ou ensaios sobre a política na sua acepção mais vasta e sobre a maneira como, no contexto histórico-cultural do século XIX, o fenómeno partidário deve ser encarado. Nas obras portuguesas segui uma estratégia de círculos concêntricos: um conjunto de trabalhos gerais de enquadramento histórico; um conjunto, menos numeroso, de estudos sobre o sistema político português; finalmente, o pequeno conjunto de trabalhos específicos sobre os partidos políticos no Portugal oitocentista.

Nas notas de rodapé da parte I utilizei o sistema tradicional: em cada um dos capítulos fiz a referência completa da fonte quando é citada pela primeira vez, seguida a partir daí por uma referência abreviada; já na parte II, dada a menor dimensão dos capítulos e a sua contínua interligação, a referência à fonte

país vizinho, de um liberalismo moderado que servisse de centro mediador entre o carlismo absolutista e o progressismo radical (v. Vasco Pulido Valente, *Os Devoristas. A Revolução Liberal, 1834-1836*, Lisboa, Quetzal Editores, 1993, 21).

⁷ V., por exemplo, o *Suplemento Burlesco d'O Patriota*, n.º 2275, de 26-1-52. Numa caricatura intitulada *Os Pasteleiros*, quatro figuras atarefavam-se em redor da mesa da política, «cozinhando» um «pastel» com a nova «receita» da Regeneração: juntar e misturar o máximo de «iguarias», como «substância» para o «estômago» liberal.

só é completa na primeira vez em que aparece. A ortografia das citações portuguesas foi actualizada para uma mais fácil leitura; porém, não traduzi as citações (todas em língua inglesa) retiradas de bibliografia estrangeira, actual ou oitocentista, para não empobrecer o seu significado.

Numa época e numa área historiográficas onde ainda há tão pouco dito e tanto por dizer talvez o produto final não se tenha livrado de um certo cunho ensaístico. Não há quem não escreva com intuições. Espero, no entanto, ter aduzido suficiente evidência para as fundamentar. Nenhum trabalho pode pretender esgotar um tema, e não foi minha intenção, seguramente, dizer a última palavra sobre a evolução político-partidária portuguesa durante os primeiros anos da Regeneração.